

**OLHANDO PARA OS DOIS LADOS DO CANAL DA MANCHA:
POLÊMICAS E REVISIONISMO NA HISTORIOGRAFIA
DA REVOLUÇÃO INGLESA**

*Modesto Florenzano**

Resumo

Nosso propósito, neste escrito, é mostrar o paralelismo, cronológico e temático, existente nos revisionismos historiográficos das revoluções inglesa e francesa; e sugerir que, ao contrário do que se poderia imaginar, é a historiografia da Revolução Inglesa que apresenta o revisionismo mais antigo e mais radical.

Palavras-chave

Revisionismo; historiografia; revolução; liberalismo; conservadorismo; marxismo.

Abstract

The purpose of this paper is to put in evidence the chronological and thematic parallels that can be found in the historiographical revisionism of English and French Revolution. On the other hand, it is suggested that the historiography of English Revolution is the first in revisionism and the most radical.

Key-words

Revisionism; historiography; revolution; liberalism; conservatism; marxism.

Também da historiografia da Revolução Inglesa, pode-se dizer o que disse, com muita propriedade, o historiador François Furet da historiografia da Revolução Francesa, em um livro de 1986: “[seu] desenvolvimento é comparável ao desenvolvimento da própria Revolução: atravessada de contradições e de batalhas espetaculares, como se o caráter teatral do evento tivesse sido legado a seus historiadores, única parte não dividida de uma herança conflituosa”.¹ Pois, quase quinze anos antes, mais precisamente em 1972, assim o historiador Lawrence Stone descrevia, num prefácio, o que se passava com a historiografia da Revolução inglesa: “Este é um campo minado, onde se produziram grandes batalhas, cheio de armadilhas e emboscadas, defendido por estudiosos ferozes preparados para lutar por cada palmo do terreno”.²

Ora, das polêmicas que tiveram lugar no interior dessas duas historiografias, a partir da década de 1950 e logo conhecidas como revisionistas,³ enquanto as que marcaram a historiografia da Revolução Francesa, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foram e são bastante conhecidas entre nós, não ocorre o mesmo, lamentavelmente, com as que marcaram, igualmente, e talvez até mesmo de maneira ainda mais contundente a historiografia da Revolução Inglesa. Em outras palavras, apesar de mais radical e pioneiro, o revisionismo inglês – por razões muito variadas (e que não saberíamos como tratar aqui) – foi e é muito menos visível e barulhento e, conseqüentemente, muito menos reconhecido do que o revisionismo francês.

Tome-se como exemplo Furet e Stone – que não é exagero considerar como os nomes mais importantes de ambos os revisionismos (o que não significa dizer, muito pelo contrário, que tenham as mesmas posições e concepções): enquanto o primeiro tornou-se uma figura bastante conhecida entre nós, o mesmo não se pode dizer do segundo. De Furet, falecido em 1997, há, entre outras obras (como o *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*), duas edições em português de *Pensando a Revolução Francesa*, de 1978, seu livro mais importante em termos da história do revisionismo da historiografia francesa. Mas, de Stone, falecido em 1999, somente em 2000 publica-se, e pela primeira vez entre nós, um livro de sua numerosa obra, com a tradução de *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*, de 1972, texto que – é o que se pretende demonstrar – ocupa um lugar saliente e estratégico no importante e rico revisionismo da historiografia da Revolução Inglesa.⁴

Nesse livro, de 1972, Stone assim resumia seu balanço da polêmica travada entre historiadores anglo-americanos sobre “as origens sociais da Revolução Inglesa”:

Pode-se afirmar com segurança que nenhuma controvérsia histórica nos últimos cinquenta anos atraiu tanta atenção...[e] o terreno do desacordo parecia ser o mais abrangente possível: desacordo sobre a definição dos termos usados para explicar os fenômenos em questão; desa-

cordo sobre o que aconteceu; desacordo sobre o modo como aconteceu; desacordo sobre as conseqüências do que aconteceu. Uma tal ausência de terreno comum é verdadeiramente rara e sua manifestação pareceu colocar em dúvida o direito do historiador de ser visto como um pesquisador empírico que fundamenta sua investigação sobre a razão e a prova”.⁵

Ora, em 1972, o revisionismo francês ainda estava em seu começo e muito devedor da contribuição iniciada, como se sabe, pelos historiadores anglo-americanos A. Cobban e G. Taylor, e incorporada, sem ser explicitada, no livro conjunto de Furet e Richet, de 1965, que inaugura a revisionismo francês, o qual, naquela altura, resumia-se basicamente a isso.⁶

A polêmica ocorrida na historiografia da Revolução Inglesa teve início na década de 1950, mais precisamente em 1953, quando o historiador conservador H. Trevor-Roper lançou um contundente ataque à interpretação do historiador socialista R. H. Tawney sobre “a ascensão da *gentry*”, vista como uma classe social empreendedora capitalista e principal protagonista e beneficiária da Revolução de 1640. Para Trevor-Roper, a *gentry* – embora fosse a principal protagonista da Revolução – era uma classe social que nada tinha de capitalista, que, ao contrário, não passava de uma pequena nobreza em decadência enfurecida e com um programa político voltado para o passado.

A polêmica foi se ampliando e aprofundando ao envolver outros historiadores dos dois lados do espectro político (como o conservador J. P. Cooper à direita e o marxista C. Hill à esquerda) e dos dois lados do Atlântico (como os norte-americanos J. Hexter e P. Zagorin). Polêmica que, nas palavras de Stone (ele próprio a primeira vítima a ser atacada por Trevor-Roper),

(...) logo se tornou uma espécie de espetáculo de gladiadores acadêmicos sem direito a interva-lo. Os anais acadêmicos registram bem poucos ataques mais brutais do que aquele em que Trevor-Roper demonstrava os exageros e os descuidos do meu primeiro artigo sobre o declínio da aristocracia elisabetana... o debate foi conduzido com uma ferocidade que não somente fez apelo ao sadismo existente em nós, como também o dotou de armas perigosas.⁷

Mas, o que se quer aqui é – mais do que reproduzir o brilhante resumo oferecido por Stone – chamar a atenção para o paralelismo cronológico e para o que se nos afigura como mais do que uma simples coincidência que existe entre o ponto de partida do revisionismo francês e o inglês; mais precisamente, o que se quer sugerir é que, talvez, tenha sido o último que inspirou e contribuiu para desencadear o primeiro; ou seja, que, mesmo sem ter como provar que o historiador conservador inglês A. Cobban conhecia (ao produzir em 1955, o seu *The myth of the French Revolution*, texto fundador do revisionismo da historiografia da Revolução Francesa) a tese do historiador, igualmente conservador e seu

conterrâneo, Trevor-Roper sobre a *gentry*, publicada em 1953 (que podemos considerar, igualmente, como o texto fundador do revisionismo da historiografia da Revolução Inglesa) –, é irresistível e muito plausível imaginar que isso tenha, de fato, ocorrido.

Note-se que em seu panfleto Cobban fazia com a burguesia francesa o mesmo que Trevor-Roper fizera com a *gentry* inglesa, ou seja, invertia o caráter e o significado de seu comportamento revolucionário, o qual, de grupo social progressivo e capitalista, passava a regressivo e anticapitalista. De sorte que se Cobban não se inspirou em Trevor-Roper, resta o fato de que houve uma interessante coincidência temática entre os dois e que, seja como for, é possível sustentar, com toda legitimidade, que o início do revisionismo na historiografia da Revolução Inglesa teve início dois anos antes do que o revisionismo na historiografia da Revolução Francesa.

Por outro lado, não deixa também de ser interessante notar que o ano de 1965 é um ano importante na história dos dois revisionismos. Enquanto, na França, Furet e Richet publicavam sua *La Révolution Française*, apresentando, entre outras novidades e heresias (do ponto de vista da historiografia marxista, então dominante), a idéia da derrapagem, ou seja, que a revolução sofreu um acidente de percurso (com a entrada em cena das massas, a revolução escapa ao controle dos notáveis, os quais, dada a incapacidade do Estado do Antigo Regime de se reformar, viram-se obrigados a recorrer à revolução...), na Inglaterra apareciam um artigo e um livro, que também recorriam, mais explicitamente ainda, à mesma metáfora automobilística para criticar a interpretação de esquerda da Revolução Inglesa.

O artigo, de autoria do historiador conservador G. R. Elton, remetia já no próprio título àquela imagem: *An High Road to Civil War?* e o livro de autoria de Peter Laslett afirmava:

Quando se verificam acidentes nas estradas, compreende-se que se procurem as causas de longo prazo, mesmo as 'recônditas', assim como os erros dos condutores envolvidos... Mas não se segue que, quanto mais dramático for o acidente, e mais importante forem as conseqüências, mais profundas deverão ser as causas e mais provável será tratar-se do clímax de um 'processo' perene. Ora, é natural, embora não seja justificável, supor que grandes acontecimentos têm grandes causas... Não deixa de ser compreensível que os historiadores tenham reservado um século inteiro, de 1540 a 1640, para as causas da Guerra Civil, e todo o período de 1640 a 1688, ou mesmo 1625 a 1714, para a 'Revolução inglesa'. Mas o que é verdadeiro também poderá ser trivial, o que talvez seja a razão por que a discussão desta pretensiosa questão já se tornou enfadonha.⁸

Isso quanto ao caráter pioneiro do revisionismo inglês. Quanto ao seu caráter mais contundente e radical, basta lembrar duas coisas. Em primeiro lugar, que o revisionismo inglês ousou chegar aonde o revisionismo francês não chegou, ou seja, negar a própria existência da Revolução Inglesa. Com efeito, em 1986, Jonathan Clark, um historiador revi-

sionista conservador, um *tory* ultra-radical, convencido de que as grandes teorias da mudança social “tiveram origem fora do campo acadêmico” e, portanto, fora do assim chamado mundo científico (juntando nessa acusação os *whigs*, os liberais, os marxistas e a odiada “geração de 68”) e convencido, igualmente, de que o conceito de “revolução inglesa” é uma invenção historiográfica, afirmou:

Na realidade, podemos mesmo nos perguntar se a Inglaterra experimentou alguma vez uma revolução, nos termos colocados pelas ciências sociais, nos anos quarenta do século XVII, em 1688, em 1714, ou até mesmo sob o mais recente impacto da indústria (...) tanto com relação à monarquia quanto com relação à estrutura social, a resposta revisionista à questão “quando foi a Revolução Inglesa” é a resposta desconcertante: não houve revolução.⁹

Em segundo lugar, que no mesmo ano da publicação do livro de Clark, Stone escrevia um novo capítulo à segunda edição de *Causas da Revolução Inglesa*, no qual, à luz de tudo o que fora publicado nos últimos 14 anos sobre o tema, reavaliava o seu próprio trabalho (sustentando – não sem regozijo – o quanto ele continuava, no geral, válido) e avaliava a nova produção, constatando – talvez, não sem uma certa perplexidade – o quanto o revisionismo continuava atacando a todo vapor e o quanto ele próprio estava no centro desse ataque. “Nos últimos quatorze anos uma quantidade enorme de tinta – e sangue (e em boa parte do meu) – foi derramada pelos historiadores ‘revisionistas’ empenhados em reescrever a história política da Inglaterra dos inícios do século XVII de acordo com um modelo consensual das relações entre Coroa e Parlamento”.¹⁰ De fato, Stone, para dar um único exemplo, foi tão atacado pelo historiador conservador G. Elton que o historiador J. Plumb chegou a afirmar que “Sua [de Elton] *endless denigration of Lawrence Stone... diminishes him, not Stone*”.¹¹

Com muita perspicácia, Stone notou que alguns desses trabalhos revisionistas eram

(...) uma adaptação, no contexto de outro século, da velha tese do historiador Lewis Namier sobre a política inglesa de meados do século XVIII e cujas insuficiências os historiadores se empenharam em mostrar nestes últimos quatorze anos. Assim, a história “revisionista” da política no século XVII tem caminhado na direção oposta da história “revisionista” da política no século XVIII... os revisionistas jogaram fora a criança junto com a água do banho, e, conseqüentemente, produziram uma interpretação histórica completamente equivocada.¹²

Com *Causas da Revolução Inglesa*, Stone, que já era um historiador consagrado (graças ao seu *The Crisis of the Aristocracy 1558-1641*, publicado em 1965 – note-se a coincidência – e acolhido como uma obra-prima; uma resenha na *Rivista Storica Italiana* chegou a saudá-lo como um novo Marc Bloch!)¹³ e radicado nos Estados Unidos (em

Princeton, universidade na qual ficou até se aposentar; ele que, era inglês de origem, formado em Oxford, universidade onde também havia iniciado sua carreira docente), foi alvo do que se poderia chamar de um verdadeiro fogo cruzado.

Pela esquerda, Stone, embora também elogiado (por Hobsbawm, que reconhece os “resultados excelentes” dos procedimentos metodológicos empregados no livro; e por Anderson, que considera a “obra admirável na sua sobriedade e poder de síntese, é de longe o melhor estudo de conjunto da época”)¹⁴, tem sido criticado por suas concepções liberais e revisionistas; no livro, Stone, ao mesmo tempo que se definia como liberal, criticava a interpretação marxista da Revolução Inglesa.

E, pela direita, era criticado exatamente pelos motivos expostos na citação de P. Laslett, isto é, por acreditar e valorizar as classes sociais e o conflito entre elas, por ser sensível à economia e às forças impessoais da história – em suma, por praticar o que seria uma “história total” – e, *il va sans dire*, por ser um liberal radical que sempre avaliou a Revolução Inglesa como um fenômeno historicamente benéfico e positivo. Em suma, Stone, ele próprio um revisionista, embora não de direita, visto pela esquerda e pela direita como uma espécie de neo-*whig* (distante e crítico tanto dos historiadores conservadores quanto dos marxistas), tornou-se, a partir do início da década de 1970, uma espécie de alvo crítico preferencial do revisionismo, sobretudo do revisionismo conservador, que é o dominante e o mais radical.

Em 1978, ou seja, apenas seis anos depois do aparecimento do livro de Stone, eis que o revisionismo de direita já contabilizava um número considerável de trabalhos, os quais procuravam negar todos os pressupostos brilhantemente formulados e empregados por Stone em seu livro. (Alguns desses trabalhos saíram em um fascículo especial da revista norte-americana *Journal of Modern History*, em 1977.) Resumindo, esses trabalhos recusam os fatores de longa duração para explicar o início da Revolução e da guerra civil inglesa, considerando-os teleológicos; minimizam os contrastes políticos e ideológicos nos parlamentos e na sociedade na época dos primeiros reis Stuart; tratam os fatores que levam ao colapso do regime como meramente contingentes; insistem no predomínio dos valores mais tradicionais; concedem uma atenção privilegiada às dimensões localistas e particularistas: e, por último e não menos importante, reabilitam a narrativa e recusam as explicações estruturais.¹⁵

É, sem dúvida, este último aspecto que motivou Stone a publicar na revista *Past & Present*, de 1979, o artigo “O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”, pois, nas suas palavras, esse retorno à narrativa não deixa de representar o “fim da tentativa de produzir uma coerente explicação científica da mudança no passado”.¹⁶ Isto pelo lado da direita.

Do lado da esquerda, antes de tudo o mais, registre-se uma espécie de resposta crítica de Hobsbawm, em 1980, na mesma revista *Past & Present*, ao artigo de Stone sobre a narrativa. E, o que é mais importante, uma polêmica muito especial – pelo tom polido e respeitoso – com o historiador marxista Ch. Hill, e intermitente, pois, da parte de Stone, começa já com a publicação de seu livro de 1972 e “termina” com o artigo de 1985, “The Bourgeois Revolution of Seventeenth-Century England Revisited” (na mesma revista, onde se lê: “Agora, Hill e eu concordamos que a Revolução Inglesa não foi causada por um claro conflito entre ideologias e classes feudal e burguesa... que a *gentry* parlamentar não tinha a intenção consciente de destruir o feudalismo; mas que o resultado final, primeiro o da derrota da realeza, e, segundo, o da consolidação de tal derrota na Revolução Gloriosa, quarenta anos mais tarde, foi decisivo”). Entre as respostas de Hill mencione-se o notável ensaio “Uma Revolução Burguesa?”, de 1980; notável, entre outras coisas, porque é uma defesa muito meditada e conjunta (note-se que Hill agradece a Hobsbawm e a Thompson pela leitura e comentários que fizeram ao rascunho do texto) de suas concepções marxistas.¹⁷

No mesmo ano de 1965, em que, pelo lado direito do espectro teórico-histórico, se reabria o debate sobre a natureza e o caráter da Revolução Inglesa do século XVII, também pelo lado esquerdo – ou melhor, no interior da esquerda – abria-se uma violenta polêmica, esta de caráter ainda mais abrangente, pois englobava todo o passado do país com o alentado e luminoso ensaio do socialista (e naquele momento ainda marxista) Edward P. Thompson, *As peculiaridades dos Ingleses*, em resposta aos ensaios *Origins of the present crisis* e *The English working class*, dos marxistas P. Anderson e Tom Nairn, de 1964.¹⁸

É digno de nota que, enquanto P. Anderson, em nome de um materialismo histórico mais duro e puro (mas na visão de Thompson dogmático, afrancesado e equivocados), considerava, entre outras críticas, que “o legado ideológico da Revolução [Inglesa do século XVII] foi quase nulo”, Thompson sustentava o contrário, isto é, a riqueza e importância daquela experiência revolucionária. Stone, por sua vez, em um ensaio de 1980, *The Results of the English Revolutions of the Seventeenth Century*, publicado no mesmo volume que contém o importante ensaio já mencionado de Hill (“Uma Revolução Burguesa?”), expressou uma concepção, ele que se considerava um weberiano e liberal agnóstico inglês, muito parecida com a de Thompson, como se pode ver por esta afirmação: “na perspectiva da história mundial dos últimos quinhentos anos, o principal legado da Revolução à posteridade foi um reservatório imensamente rico de idéias que iriam ecoar e re-ecuar através das idades e durante as revoluções americana e francesa”.¹⁹

A réplica, violenta, de Anderson ao ensaio de Thompson, ao ficar sem resposta por parte deste e de qualquer outro, encerrou o debate, o qual foi, sem dúvida vencido pelo último, tal a sua superioridade intelectual em termos de escrita e, sobretudo, de visão, experiência e domínio da história inglesa.

Como quer que seja, a polêmica sobre a especificidade da história inglesa também permite mais uma aproximação com a historiografia da Revolução Francesa, pois, também nesta última houve, no final da primeira metade do século passado, uma crítica no interior da esquerda, com o livro de Daniel Guérin sobre a luta de classes entre “*bourgeois et braves*”, na Revolução Francesa.²⁰ Com sua tese sobre uma possível alternativa revolucionária socialista *avant la lettre*, ainda que insustentável, Guérin, para ser desmentido, estimulou Albert Soboul a investigar os *sans-culottes*²¹ para mostrar que estes não eram e não podiam ser portadores de tal alternativa.

Curiosamente, é no exato momento em que a historiografia de esquerda da Revolução Francesa vive o seu auge, na passagem dos anos 1950 para 1960, que começa o questionamento revisionista, primeiro com Cobban (1955) e depois com Furet e Richet (1965). Uma vez iniciado, o revisionismo na historiografia da Revolução Francesa não mais se deteve e não poupou nenhum dos componentes do edifício construído pela historiografia revolucionária.

Como acabamos de ver, o mesmo aconteceu, *mutatis mutandis*, com a historiografia da Revolução Inglesa. Contudo, o revisionismo, conservador e de direita, na historiografia da Revolução Inglesa, apesar de todo o seu volume impressionante, de todo o seu brilhantismo e contundência, não conseguiu desbancar de cena a historiografia, clássica e/ou revisionista, de esquerda e ocupar sozinho, como fez o revisionismo conservador e de direita francês, todo o palco, impondo a mais avassaladora hegemonia. Na Inglaterra, os historiadores do campo progressista, isto é, que vêem a revolução como um fenômeno histórico positivo, continua(ram) a apresentar pesquisas e interpretações, senão na mesma quantidade, sem dúvida com a mesma qualidade dos historiadores do campo adversário.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em abril/2005

Notas

* Professor Doutor do Departamento de História da FFLCH-USP.

¹ Trata-se de *La gauche et la révolution au milieu du XIXe siècle – Edgar Quinet et la question du Jacobinisme 1865-1870*. Paris, Hachette, 1986, p. 7.

² No prefácio, de 1986, a *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Tradução, apresentação e glossário de Modesto Florenzano. Bauru, Edusc, 2000, p. 33.

³ Como é sabido, esse termo foi consagrado no interior dos partidos social-democratas – sobretudo o alemão e o russo – da segunda internacional, nos fins do século XIX, para caracterizar as propostas que se afastavam, adaptavam ou reinterpretavam o que constituía a ortodoxia marxista; no caso das revoluções francesa e inglesa, é comumente empregado para indicar a reação à interpretação dominante, que no primeiro caso, com as figuras de Georges Lefebvre e Albert Soboul, era de caráter jacobino-socialista-marxista e, no segundo, com as figuras de Trevelyan, antes, e Tawney e Hill depois, era de caráter predominantemente *whig*-socialista-marxista.

⁴ As traduções francesa e italiana do livro são de 1974 e 1982, respectivamente. Sobre o autor, veja-se o belíssimo necrológio “Lawrence Stone 1919-1999”, do historiador Theodore K. Rabb, publicado no *The Times Literary Supplement*, de 2 de julho de 1999, e minha Apresentação, na tradução brasileira, pp. 11-26.

⁵ STONE, L. *Causas da Revolução Inglesa*, op. cit., p. 78.

⁶ Existe um consenso de que o revisionismo da Revolução Francesa começa com o texto de Cobban, apresentado e publicado em 1955; por outro lado, também se reconhece a importância exercida pelos artigos do historiador norte-americano G. Taylor, publicados entre 1960-1965, sobre o caráter da economia e da riqueza da França imediatamente antes de 1789. De toda maneira, não há ainda, salvo engano, um estudo que trate sistematicamente do problema do início do revisionismo francês e da contribuição que ele recebeu da historiografia anglo-americana. Veja-se, contudo, sobre isso, o livro de HOBBSAWM, E. *Ecos da Marselhesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁷ STONE, op. cit., p. 78.

⁸ LASLETT, P. *O mundo que nós perdemos*. Lisboa, Cosmos, 1975, pp. 227-8; o artigo de Elton encontra-se em *From the Renaissance to the Counter-Reformation*. H. C. CARTER (org.). Nova York, Randon House, 1965.

⁹ CLARK, J. *Revolution and Rebellion. State and Society in England in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. Cambridge University Press, 1986, pp. 23, 38 e 71.

¹⁰ STONE, L., op. cit., p. 275-6.

¹¹ *The Making of an Historian. The Collected Essays of J. H. Plumb*. Athens, The University of Georgia Press, 1988, p. 371.

¹² STONE, op. cit., p. 165-6.

¹³ ANDERSON, P. em *Linhagens do Estado Absolutista* (Afrontamento, Porto, 1984), em uma nota de pé de página, assim se refere ao livro de Stone: “é o mais profundo estudo de tese existente sobre as metamorfoses de uma nobreza européia nesta época”, p. 51. Outra prova da consagração de Stone como historiador, em particular do seu livro *Causas da Revolução Inglesa*, nos é dada pelo historiador francês Roger Chartier, o qual, em seu *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*, inspira-se largamente no livro de Stone e afirma: “se, seguindo L. Stone considerarmos as revoluções (a inglesa do século XVII e a francesa do XVIII) não como um puro acidente, produto de circunstâncias aleatórias, nem como uma absoluta necessidade cujo momento e modalidades estariam logicamente inscritas em suas próprias causas – que lugar é preciso dar aos fatores culturais que, no seio das condições, tornam pensável e desejável uma ruptura tão radical?”.

¹⁴ A frase de Hobsbawm foi extraída de “La Rivoluzione”, *Studi Storici*, 1976, vol. 1, p.20, e a de Anderson, do livro já citado na nota anterior, p. 158.

¹⁵ Seguimos aqui a Pietro Adamo, em seu belíssimo artigo “L’interpretazione Revisionista della Rivoluzione Inglese”, *Studi Storici*, 1993; reunir e ler os textos desses autores, que aqui nem mesmo mencionamos, constituirá um dos momentos da pesquisa.

¹⁶ *Revista de História*, IFICH-UNICAMP, n. 2/3, 1989; trata-se, salvo engano, do único escrito de Stone, até o aparecimento de *Causas da Revolução Inglesa*, traduzido para o português.

¹⁷ O ensaio encontra-se traduzido, infelizmente com não poucas falhas, pela *Revista Brasileira de História*, n. 7 de 1984; faz parte desta pesquisa procurar as demais respostas dadas por C. Hill às críticas recebidas de Stone; bem como a releitura da polêmica com Hobsbawm sobre a narrativa.

¹⁸ O ensaio de Thompson, originalmente publicado em *The Socialist Register*, em 1965, e depois republicado em *The poverty of theory and other essays*, em 1978, foi traduzido, juntamente com outros escritos, em uma bela edição da Editora Unicamp, organizada por Antonio Luigi Negro e Sergio Silva, intitulada *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, Campinas, 2001. Já o de Anderson, publicado na *New Left Review*, e republicado pelo autor em *English Questions*, em 1992, ainda aguarda tradução em português.

¹⁹ POCOCK, J. G. A. (org.). *Three British Revolutions 1641, 1688, 1776*, Princeton University Press, 1980.

²⁰ GUÉRIN, D. *A Luta de Classes em França na Primeira República, 1793-1795 (Bourgeois et Bras Nus)*. Lisboa, Presença, 1977 (1ª edição 1946).

²¹ SOBOUL, A. *Les Sans culottes parisiens en l’na II. Mouvement populaire et Gouvernement révolutionnaire, 2 juin 1793- 9 thermidor na II*. Librairie Clavreuil, 1958.